

ANC X

Ulysses espera acabar primeiro turno na quinta

Telefoto de Gustavo Miranda

BRASÍLIA — Apesar da ausência em plenário ontem de 375 constituintes, o Presidente da Assembléia, Deputado Ulysses Guimarães, manifestou-se esperançoso de que o primeiro turno de votação seja concluído até a tarde de quinta-feira, quando assumirá interinamente a Presidência da República. Para que isto ocorra, Ulysses convocará sessões pela manhã, prorrogando as da tarde até as 22h.

Ulysses encaminhará aos constituintes, hoje ou amanhã, as normas para a votação do segundo turno, de modo a ordená-la, e descartou a possibilidade de decretar recesso entre o fim do primeiro e o início do segundo turno.

Ele disse que existe um intervalo, determinado pelo Regimento Interno, entre as duas fases de votação. Terminado o primeiro turno, toda a matéria votada é encaminhada ao Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), para redação no prazo de sete dias. Mas, segundo Ulysses, o Relator disse ter condições de concluir este trabalho em dois ou três dias.

Após a publicação do texto, os parlamentares terão cinco dias para apresentar emendas, nos quais, segundo Ulysses, serão realizadas sessões normais para discussão do texto. Nesta fase, os líderes terão 20 minutos e o Relator 30 para discutirem o texto aprovado no primeiro turno. Depois, o Relator terá cinco dias para o parecer sobre as emendas apresentadas, que deverão ser supressivas e limitadas a quatro para cada constituinte. Só então o plenário voltará a realizar votações que resultarão no texto definitivo da futura Carta.

Até que recomecem as votações, a expectativa é de que as sessões se assemelhem à realizada ontem: todo o tempo é consumido com discursos de constituintes sobre os mais variados assuntos. Alguns fizeram comentários sobre dispositivos a serem votados — como o da anistia da correção monetária das dívidas de micro e pequenos empresários e produtores rurais contraídas na vigência do Plano Cruzado. Outros defenderam interesses regionais, como o Deputado Chico Humberto (PDT-MG), que deseja a criação do Estado do Triângulo Mineiro, e o Deputado Davi Alves da Silva (PDS-MA), que quer criar o Estado do Maranhão do Sul. Plenário vazio, Ulysses levou apenas nove minutos para fazer a verificação de quorum: estavam presentes apenas 184 constituintes.



Os poucos constituintes presentes no plenário se concentram junto à Mesa

Governo descarta hipótese de recorrer a decreto-lei

Anistia para micros e pequenos empresários será definida exclusivamente pela Constituinte até amanhã e o Executivo não apresentará qualquer proposta nova a respeito. Esta posição foi manifestada ontem pelo Presidente Sarney aos Líderes reunidos no Palácio da Alvorada, ao descartar definitivamente a possibilidade de o problema ser resolvido através de decreto-lei.

Os Líderes na Câmara e no Senado — Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), José Lourenço (PFL-BA), Marcondes Gadelha (PFL-PB) e Saldanha Derzi (PMDB-MT) — analisaram na manhã de ontem três propostas de acordo. A primeira, do Deputado José Lins (PFL-CE), divide a anistia em dois artigos, que seriam votados em separado: anistia integral da correção monetária apenas aos micro empresários e de 50 por cento aos pequenos e médios empresários rurais e urbanos.

A proposta de Lourenço, idêntica, coloca todos os empresários no mesmo artigo. A proposta mais nova, de Gadelha, congela a dívida, com correção monetária e juros integrais, em dezembro de 1987, e parcela o total em 12 meses a contar de seis meses após a

promulgação da nova Carta.

As vésperas da votação, as lideranças partidárias e do Governo e os autores da proposta não conseguiram acordo e admitem a possibilidade de submeterem ao plenário propostas alternativas para definir os limites da anistia no voto.

Sant'Anna, que fez um relato das negociações a Sarney e acompanhou os entendimentos, informou que o Governo só não aceita a inclusão, entre os beneficiários, do pequeno empresário urbano e do médio produtor rural — apenas dos micros urbanos e dos pequenos rurais.

Esta inclusão foi a principal discordância da reunião de ontem, quando as esquerdas apoiaram a posição do Governo. Mas além da esquerda, o Governo tem recebido dezenas de telegramas de microempresários contra uma anistia ampla. Alguns são até mesmo contra a anistia a eles próprios.

Hoje, os Líderes voltarão a tentar o entendimento. Segundo o Líder do PMDB, Deputado Nélson Jobim (RS), a continuarem os entendimentos os Líderes poderão chegar a um acordo sobre alternativas de votação.

Lideranças apóiam nova emenda para reabertura de cassinos

BRASÍLIA — Os autores da emenda que defende a reabertura dos cassinos apresentaram ontem, na reunião de líderes, uma nova proposta para a legalização do jogo. Em vez de revogar o decreto do Presidente Eurico Gaspar Dutra, que em 1946 proibiu o funcionamento dos cassinos, o novo texto estabelece prazo de 12 meses para que o Congresso vote uma lei permitindo a operação das casas de jogo nas cidades turísticas.

Os líderes concordaram com a proposta, mas a matéria não fará parte do pacote de emendas que está sendo negociado desde a última quinta-feira — será votada em separado pelo plenário.

Na fusão original das emendas, os Constituintes Alexandre Puzyna (PMDB-SC), Aloysio Teixeira (PMDB-RJ) e Evaldo Gonçalves (PFL-PB) pretendiam a simples revogação do Decreto-Lei 9.215, do Presidente Dutra.

O texto acordado é o seguinte:

“No prazo de 12 meses da promulgação desta Constituição, será votada lei que disporá sobre a matéria contida no Decreto-lei número 9.215, tendo em vista o desenvolvimento da atividade turística nacional”.

Nenhum acordo para aprovação da matéria foi selado, mas os Líderes garantiram o trâmite da emenda em plenário, que será votada após a apreciação, em bloco, do “pacote” de emendas que está sendo negociado desde a última quinta-feira. Ficaram contra a proposta a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que vê na reabertura dos cassinos “um canal para o centro do vício”.